



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Acionistas,

A Administração da WTorre VPA Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis com o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As Demonstrações Contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Contábeis da Companhia e respectivas Notas Explicativas.

A WTorre VPA Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., tem como objeto social, conforme seu estatuto: a. A aquisição de terreno situado no Município e Comarca de Porto Alegre;

b. A construção da sede administrativa e corporativa da CELULAR CRT S.A.;

c. A locação do imóvel à Celular CRT S.A., pelo período de 180 (cento e oitenta) meses, uma vez concluída e aceita a obra;

d. A securitização dos créditos imobiliários oriundos do Contrato de Construção e Locação ("Créditos");

e. A emissão e colocação, no mercado financeiro, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI's") lastreados nos Créditos; e

f. A realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização dos Créditos referidos no item (e) anterior.

Conforme Instrumento Particular de Compra e venda de ações e Outras Avenças realizado em 26 de junho de 2006 o controle acionário da Companhia passou a ser da Companhia WTorre Empreendimentos S.A. (CNPJ: 07.798.055/0001-38), e em 20 de julho de 2006 por incorporação, passou a ser da WTorre Propriedades S.A. (07.875.234/0001-21), conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Aprovação de Protocolo e Justificação de Incorporação da WTorre Empreendimentos S.A. pela Companhia. A empresa recebe o aluguel do único imóvel, registrado em seu ativo imobilizado, cujo cliente é a Celular CRT S.A., em novembro de cada ano.

A Companhia tem suas receitas e endividamento corrigidos pelo Índice IGP-M que, em 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, apresentou variação positiva de 11,32%, ante uma variação negativa de 0,98% em igual período do ano anterior.

Índice	IGP-M
Ano	Acumulado
2009	0,98%
2010	11,32%

A Companhia não contratou ou contratará funcionários, evitando assim, qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, ou mesmo investimento em treinamentos específicos, sendo que, a administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da Lei e estatuto Social. Durante o exercício de 2010, não houve remuneração aos diretores.

A Companhia não realizou e não apresenta planos de realizar investimentos futuros em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços, bem como de modificar e ou incrementar suas operações em 2011.

Conforme estatuto da Companhia, a distribuição de resultado apurado no encerramento do exercício, obedece a determinações contidas na Lei nº 6.404/76. Conforme ainda seu estatuto, a Companhia não distribuirá dividendos intermediários.

As atividades da Companhia não apresentam riscos ao meio ambiente.

### CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 4.858.969,52, representado por 4.858.959 (quatro milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil novecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, e 10 (dez) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Está composto, atualmente, por três membros, conforme demonstrado na tabela abaixo. Os mandatos de todos os membros são válidos por dois anos.

#### Conselho de Administração

Walter Torre Junior – Presidente  
Paulo Remy Gillet Neto – Conselheiro  
Nilton Bertuchi – Conselheiro

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Está composto, atualmente, por três membros, conforme demonstrado na tabela abaixo. Os mandatos de todos os membros são válidos até a Assembleia Geral Ordinária do ano-calendário 2011.

#### Diretoria Administrativa

Francisco Geraldo Caçador  
Nilton Bertuchi  
Roberto Bocchino Ferrari

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Nossos auditores KPMG Auditores Independentes, não prestaram outros serviços que não o de auditoria da revisão das informações trimestrais da Companhia, inclusive para as companhias ligadas.

São Paulo, 2 de abril de 2011

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009	01/01/2009 (reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	273	1.050	1.658
Arrendamentos a Receber	5	583	528	533
Adiantamentos a fornecedores		1	-	-
Créditos fiscais		71	186	50
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>928</b>	<b>1.764</b>	<b>2.241</b>
<b>Não Circulante</b>				
Realizável a Longo Prazo		1.361	572	-
Partes relacionadas	13	1.361	572	-
<b>Investimentos</b>				
Propriedades para Investimentos	6	33.722	29.998	30.361
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>35.083</b>	<b>30.570</b>	<b>30.361</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>36.011</b>	<b>32.334</b>	<b>32.602</b>

Passivo	Nota	2010	2009	01/01/2009 (reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		8	-	4
Cert. receb. imob. – CRI's	7	1.479	1.238	1.181
Obrigações fiscais		1	155	7
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.488</b>	<b>1.393</b>	<b>1.192</b>
<b>Não circulante</b>				
Cert. receb. imob. – CRI's	7	18.161	17.345	18.613
Impostos diferidos		6.040	4.774	4.752
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>24.201</b>	<b>22.119</b>	<b>23.365</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	8	4.859	4.859	4.859
Reserva de Lucros	8	75	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	8	5.388	-	-
Lucros acumulados		-	3.963	3.186
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>10.322</b>	<b>8.822</b>	<b>8.045</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>36.011</b>	<b>32.334</b>	<b>32.602</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reservas	Reserva de lucros	Lucros	Saldo
		4.859	Legal	a realizar	Acumulados	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2009		4.859	-	-	3.186	8.045
Resultados do Exercício		-	-	-	777	777
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>4.859</b>	-	-	<b>3.963</b>	<b>8.822</b>
Transferências de Reservas		-	-	-	-	-
Resultados do Exercício		-	-	-	1.500	1.500
Constituição Reserva Legal no período	8	-	75	-	(75)	-
Constituição Reserva de lucros a realizar	8	-	-	5.388	(5.388)	-
<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>4.859</b>	<b>75</b>	-	-	<b>10.322</b>

	Nota	Capital	Reservas	Reserva de lucros	Lucros	Saldo
		4.859	Legal	a realizar	Acumulados	Total
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2009		4.859	-	-	3.186	8.045
Resultados do Exercício		-	-	-	777	777
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>4.859</b>	-	-	<b>3.963</b>	<b>8.822</b>
Transferências de Reservas		-	-	-	-	-
Resultados do Exercício		-	-	-	1.500	1.500
Constituição Reserva Legal no período	8	-	75	-	(75)	-
Constituição Reserva de lucros a realizar	8	-	-	5.388	(5.388)	-
<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>4.859</b>	<b>75</b>	-	-	<b>10.322</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A WTorre VPA Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. foi constituída em 29 de julho de 2005 e tem como objeto social:

a. A aquisição de terreno situado no Município e Comarca de Porto Alegre.

b. A construção da sede administrativa e corporativa da Celular CRT S.A.

c. A locação do imóvel à Celular CRT S.A., pelo período de 180 (cento e oitenta) meses, uma vez concluída e aceita a obra.

d. A securitização dos créditos imobiliários oriundos do Contrato de Construção e Locação ("Créditos").

e. A emissão e colocação, no mercado financeiro, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI's") lastreados nos Créditos.

f. A realização de negócios e prestação de serviços relacionados à securitização dos Créditos referidos no item (e) anterior.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

#### b. Aprovação das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 2 de abril de 2011, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

#### c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção da propriedade para investimento que foi mensurada pelo valor justo.

#### d. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota 1 a 6 – classificação de propriedade para investimento.

As informações sobre incertezas referentes a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 6 – classificação de propriedade para investimento

• Nota 9 – Passivos fiscais diferidos.

#### f. Demonstrações do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

#### g. Alteração das práticas contábeis brasileiras

**ij) Adoção integral dos novos pronunciamentos contábeis emitidos em 2009 e 2010**

Devido ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil instituído com o advento da Lei nº 11.638/07, nos exercícios de 2008 a 2010, foram emitidos diversos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas em consonância com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS. Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais e buscando maior transparência e confiabilidade em suas demonstrações financeiras, usando as prerrogativas constantes da Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, e com base na Deliberação CVM nº 609 de 22 de dezembro de 2009 que trata da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Companhia está apresentando as demonstrações financeiras de acordo com o CPC 3.

**ij) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com impactos nas operações e demonstrações financeiras da Companhia**

Os novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas demonstrações financeiras da Companhia são:

**CPC 23** – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: Define os critérios para a seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros.

**CPC 24** – Evento Subsequente: Define quando a entidade deve ajustar suas demonstrações financeiras com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações e as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações financeiras e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações.

**CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas Notas Explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

**CPC 28** – Propriedade para Investimento: Estabelece que a mensuração inicial de uma propriedade para investimento é o seu custo e sua mensuração subsequente depende da política contábil adotada pela entidade (método de custo ou método de valor justo). No método de valor justo, as variações no valor justo da propriedade para investimento são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. Adicionalmente, o pronunciamento estabelece requerimentos gerais e específicos de divulgação para cada método de mensuração escolhido pela entidade.

**CPC 32** – Tributos sobre o Lucro: Estabelece como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de: (a) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (b) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade. A entidade deve contabilizar os efeitos fiscais das transações e de outros eventos da mesma maneira que ela contabiliza as próprias transações e os outros eventos. Também trata do reconhecimento de ativos fiscais diferidos advindos de prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados, da apresentação dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras e da divulgação das informações relacionadas aos tributos sobre o lucro.

**ICPC 10** – Esclarecimento sobre o CPC 27 e CPC 28: Esclarece sobre os seguintes assuntos: (a) processo de revisão inicial e periódica das taxas de depreciação e valor residual dos bens do ativo imobilizado; (b) requisitos necessários a esse processo de revisão periódica; (c) possibilidade de atribuição de novo custo para os bens do ativo imobilizado e de propriedade para investimento, de forma convergente com as normas internacionais; (d) possibilidade, estabelecida no Pronunciamento CPC 28, de utilização do critério do custo ou do valor justo ao ativo "Propriedade para Investimento".

**iii) Demonstrativo de conciliação dos ajustes das novas práticas contábeis brasileiras**

Em conexão com o processo de convergência para as práticas contábeis internacionais – IFRS e com base no CPC 37 no item 21, foram reconciliados os patrimônios líquidos e os resultados abrangentes na data de transição de 1 de janeiro de 2009 e o balanço de comparação de 31 de dezembro de 2009. Os resultados de 31 de dezembro de 2009 foram reelaborados para fins de comparabilidade e atendimento às novas práticas contábeis brasileiras.

As reclassificações relevantes que impactaram as demonstrações financeiras foram apresentadas e explicadas na sequência das reconciliações dos patrimônios líquidos e dos resultados do período e acumulado.

### Reconciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009 (balanço de comparação)

	Práticas contábeis anteriores sem ajuste	Efeito da transição para as IFR's	IFRS's 01/01/2009	Práticas contábeis anteriores sem ajuste	Efeito da transição para as IFR's	IFRS's 31/12/2009
<b>Contas</b>						
Propriedade para investimento	-	20.985	20.985	-	20.985	20.985
Valor Justo	-	9.376	9.376	-	9.013	9.013
Imobilizado	21.605	(21.605)	-	21.605	(21.605)	-
Depreciação	(1.171)	1.171	-	(1.722)	1.722	-
Diferido	1.181	(1.181)	-	1.005	(1.005)	-
Partes relacionadas	-	-	-	572	-	572
<b>Total dos ativos não correntes</b>	<b>21.615</b>	<b>8.746</b>	<b>30.361</b>	<b>21.460</b>	<b>9.110</b>	<b>30.570</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.658	-	1.658	1.050	-	1.050
Alugueis a receber	533	-	533	528	-	528
Créditos de impostos e outros ativos	50	-	50	186	-	186
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos ativos correntes</b>	<b>2.241</b>	<b>-</b>	<b>2.241</b>	<b>1.764</b>	<b>-</b>	<b>1.764</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>23.856</b>	<b>8.746</b>	<b>32.602</b>	<b>23.224</b>	<b>9.110</b>	<b>32.334</b>
Fornecedores	4	-	4	-	-	-
Obrigações fiscais e tributárias	7	-	7	155	-	155
Certificados de recebíveis imobiliários	19.794	-	19.794	18.583	-	18.583
Provisões de impostos sobre valor justo	1.035	3.717	4.752	1.005	3.769	4.774
<b>Total dos passivos</b>	<b>20.840</b>	<b>3.717</b>	<b>24.557</b>	<b>19.744</b>	<b>3.769</b>	<b>23.512</b>
<b>Total dos ativos menos passivos</b>	<b>3.016</b>	<b>5.029</b>	<b>8.045</b>	<b>3.480</b>	<b>5.341</b>	<b>8.822</b>
Capital social	4.859	-	4.859	4.859	-	4.859
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	3.014	(3.014)	-	2.920	(2.920)	-
Prejuízos acumulados	(4.857)	8.043	3.186	(4.299)	8.261	3.963
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.016</b>	<b>5.029</b>	<b>8.045</b>	<b>3.480</b>	<b>5.341</b>	<b>8.822</b>

#### • Notas explicativas sobre os ajustes

**(A.1)** A Companhia adotou o CPC 28 para mensuração e classificação das suas propriedades, dessa forma, esses ativos foram reclassificados de imobilizado para a rubrica de propriedades para investimentos.

**(A.2)** Conforme o CPC 32 a Companhia registrou os impostos diferidos incidentes sobre os ajustes a valor justo das propriedades – diferenças tributárias. Adicionalmente, foram ajustados os impostos diferidos incidentes sobre as Reavaliações anteriormente realizadas nos terrenos da Companhia, conforme item 20 do CPC 32.

**(A.3)** Com base no item 82 do CPC 28, a Reserva de Reavaliação das propriedades foi classificada para a rubrica de Lucros e Prejuízos acumulados.

**(B)** Conforme a Nota Explicativa nº 31, a Companhia alterou a prática contábil de reconhecimento do Ativo diferido, com isso, o saldo foi integralmente baixado contra Lucros/Prejuízos acumulados.

**Reconciliação do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2009 (resultado comparativo)**

	Práticas contábeis anteriores sem ajuste 31/12/2009 (Acumulado)	Efeito da transição para as IFR's	IFRS's 31/12/2009 (Acumulado)
<b>Contas</b>			

